

Ata Circunstanciada da 74ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 74ª (SEPTUAGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 17H07MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão ordinária de quinta-feira, 11 de setembro de 2024, às 15 horas.

Boa tarde às nossas assessoras e aos nossos assessores, aos deputados – deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Daniel Donizet e deputado Hermeto.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Daniel Donizet a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

O expediente lido vai a publicação.

Como não há quórum suficiente para o início da sessão, vou suspendê-la por 30 minutos – até as 15 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h03min, a sessão é reaberta às 15h48min.)

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Está reaberta a sessão.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Eu peço à Seleg a gentileza de registrar a presença do nosso presidente, deputado Wellington Luiz, que abriu a sessão, mas não registrou a sua presença.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente deputada Paula Belmonte.

Antes de passarmos à leitura do expediente, peço licença a vossa excelência para cumprimentar uma pessoa que está aqui no plenário, a doutora Camila, advogada. Ela veio receber a moção de louvor pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal como advogada, principalmente aos nossos patriotas.

Eu gostaria que se colocasse de pé, doutora Camila, para que o pessoal possa conhecê-la. Obrigado por sua presença nesta casa. Seja bem-vinda. (Palmas.)

Eu só fiquei triste porque, quando ela entrou aqui, o deputado João Cardoso falou: “Ela é do meu time” – porque ela está usando a cor do deputado João Cardoso, e ele foi logo brincando.

Seja bem-vinda, doutora Camila. Muito obrigado por sua presença.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O expediente lido vai a publicação.

Muito grata.

Estão presentes 6 deputados; há, portanto, quórum regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO – Presidenta ou presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Segundo a língua portuguesa, “a presidente”.

DEPUTADO IOLANDO – Não existe “presidenta”, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Isso.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente deputada Paula Belmonte; secretário deputado Pastor Daniel de Castro; meu ilustre, mais brilhante, romântico e apaixonado amigo, deputado João Cardoso, é uma honra estar com vocês nesta tarde.

Quero cumprimentar todos os presentes neste plenário.

É uma alegria muito grande estar aqui, nesta tarde. Quero falar, também, da alegria de hoje compartilharmos uma conquista com este governo. Foi aqui, nesta casa, deputada Paula Belmonte, deputado Pastor Daniel de Castro, que nós criamos a primeira Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência. Hoje faz exatamente 5 anos que ela foi criada.

Eu fui o autor das tratativas com o governo e o primeiro secretário que assumiu essa pasta, em 2019, quando vossa excelência, que era suplente, também assumiu a posição de deputado titular. Nós criamos essa secretaria pela Lei nº 6.372, em 2019.

Foi uma questão muito brilhante, inusitada, nova para o Distrito Federal, porque foi a primeira secretaria criada com essa finalidade.

Nunca havia existido uma secretaria da pessoa com deficiência no Distrito Federal, embora tenhamos um número excessivo de pessoas com deficiência. A estimativa, segundo o censo de 2010, é de que existiam 600 mil pessoas com deficiência no Distrito Federal; depois falou-se em 200 mil, 300 mil; não sabemos o número exato. Pedimos o lançamento de recursos na LDO para uma pesquisa direcionada a essas causas, para identificarmos o número exato de pessoas com deficiência no Distrito Federal.

O objetivo principal da minha fala é parabenizar o Governo do Distrito Federal e ressaltar a importância dessa secretaria para o Distrito Federal, para as pessoas com deficiência. Eu me sinto muito honrado, como eu já falei, por ter assumido essa pasta nos primeiros dias de sua criação. Era uma bebezinha aquela secretaria, ainda não falava, não andava, não tinha dente para comer, não tinha muita condição de sobreviver, mas sobreviveu com muito custo, com muita dificuldade. Eu fui o primeiro secretário, abduquei do meu cargo por um tempo para assumir a responsabilidade daquela secretaria. Com as dificuldades que ela apresentava, eu resolvi retornar ao mandato.

A secretaria tem uma importância gigantesca para o Distrito Federal. Na época, também criamos, nesta casa, o primeiro Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ele foi criado por nós, nesta casa, e há 22 leis que significam muito ou quase tudo para as pessoas com deficiência em todos os segmentos da vida. Eu me orgulho muito por isso.

A Secretaria da Pessoa com Deficiência criou várias pastas, com vários vieses. Um dos vieses é o programa que amplia o Passe Livre Especial, o transporte público gratuito às pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência têm direito a andar gratuitamente de metrô, de ônibus, em todo o transporte público do Distrito Federal. Isso é um ganho, obtido por meio de uma lei e das articulações políticas que a secretaria fez, e fortaleceu esse segmento.

A secretaria tem uma responsabilidade importante para o Distrito Federal também no que tange ao transporte público interestadual. É o único órgão governamental que tem a responsabilidade

de receber cadastro e fazer a inclusão no sistema do governo federal para as pessoas com deficiência receberem o Passe Livre Interestadual para viajar a qualquer lugar do país gratuitamente. Essa foi uma conquista, uma luta, uma batalha que tivemos por muitos e muitos anos. Hoje a Secretaria da Pessoa com Deficiência responde por essa causa.

Também tenho que parabenizar a Secretaria da Pessoa com Deficiência e o Governo do Distrito Federal pela questão das *vans* do DF, do programa DF Acessível. As *vans* do DF Acessível têm a responsabilidade de cuidar de todas as pessoas com deficiência severa, que, às vezes, têm necessidade de se locomover, deputado Pastor Daniel de Castro, para um hospital, para uma consulta, para um exame.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Às vezes, a pessoa tem dificuldade de pegar o ônibus, tem um exame para fazer, está com algum problema, precisa fazer uma cirurgia e mora no fundo do Sol Nascente. Essa pessoa pode fazer um cadastro na Secretaria da Pessoa com Deficiência e esse cadastro vai dar a ela o direito à gratuidade do traslado por meio dessa *van*, que é totalmente acessível. Há um motorista preparado para colocar essa pessoa, seja cadeirante, seja pessoa com deficiência severa, dentro do transporte e levá-la ao destino – a um hospital, a uma clínica, a um laboratório – para fazer o que for necessário e voltar para as suas atividades.

A secretaria tem também a responsabilidade de transmitir às pessoas com deficiência as informações sobre aquilo a que elas têm direito, como a isenção do IPVA e a isenção do ICMS na compra do veículo. A pessoa com deficiência – inclusive a pessoa autista – pode também fazer o cadastro no Detran e solicitar um documento com o símbolo de pessoa com deficiência para ter direito a ocupar as vagas reservadas à pessoa com deficiência.

Então, a Secretaria da Pessoa com Deficiência tem uma importância gigantesca. Ela também tem um núcleo de inclusão profissional para receber a pessoa com deficiência que não sabe como se inserir no mercado de trabalho. Ao procurar a Secretaria da Pessoa com Deficiência, ela vai ser encaminhada a uma empresa conveniada que quer estabelecer um processo social, quer receber as pessoas com deficiência. A secretaria tem a responsabilidade de encaminhar as pessoas com deficiência a essas empresas que fazem, por exemplo, o Dia D. No Dia D, todas as empresas se colocam à disposição e ofertam x vagas para receber as pessoas com deficiência.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, presidente. Vou tentar ser o mais rápido possível, apesar de haver poucos falantes.

Eu quero falar sobre a importância da secretaria e sobre o quanto ela significa para o Distrito Federal e para as pessoas com deficiência.

Retomo a questão profissional. Geralmente, a secretaria age da seguinte forma: as empresas são convocadas a estarem presentes no Dia D e apresentam as vagas de trabalho disponíveis. A partir disso, a pessoa com deficiência vai procurar a secretaria, na Estação do Metrô da 112 Sul, e dizer para qual vaga pretende se candidatar e qual salário pretende receber com base na sua qualificação profissional. Assim, as pessoas são contratadas e há inclusão profissional em todo o Distrito Federal.

Orgulha-nos muito a parceria feita com a Secretaria de Saúde e o Governo do Distrito Federal, por meio da doutora Lucilene. Essa parceria permite a concessão gratuita de mais de 3 mil cadeiras de rodas para todas as pessoas com deficiência que necessitarem disso. Digo mais, deputado Pastor Daniel de Castro: essas pessoas têm o direito a receber cadeira de rodas motorizada, que custa aproximadamente 20 mil reais. Se fizerem o cadastro e sua deficiência indicar a necessidade de cadeira de rodas motorizada, as pessoas podem ter direito a essa cadeira gratuitamente. Há vários benefícios.

Eu fui autor, deputada Paula Belmonte, de um projeto de lei que cria o cadastro de inclusão da pessoa com deficiência, que é um cadastro único da pessoa com deficiência, que a identifica. Por meio desse cadastro, a pessoa emite uma carteirinha sem precisar preencher qualquer requisito financeiro. Para ter direito ao passe livre, existe um limite financeiro de 2 salários mínimos, mas, para ter direito ao benefício do Cadastro da Pessoa com Deficiência, não é necessário cumprir esse requisito. Eu até fiz esse cadastro.

Nessa viagem que fiz a Paris, usei minha carteirinha nos estabelecimentos turísticos e recebi isenções. Onde eu tinha que pagar, por exemplo, 40 ou 50 euros, eu pagava 10 euros ou, muitas vezes, era isento das taxas. Então, a nossa carteirinha, o Cartão de Identificação da Pessoa com Deficiência, que foi criado por nós, por meio de leis, vale não somente no território brasileiro, mas em

várias nações do mundo, e eu experimentei usá-lo na França, durante a Paralimpíada de Paris, na qual representei a Câmara Legislativa.

A importância dessa secretaria para o Distrito Federal é enorme. Só aqueles que precisam dela ou que têm deficiência sabem a sua importância para o Distrito Federal e para as pessoas com deficiência. Tenho muito orgulho de ter sido o proponente, o criador, o primeiro secretário que fez parte dessa secretaria e de hoje vê-la não mais como um bebezinho de 1 ou 2 meses, mas como uma mocinha com 5 anos de vida, uma moça que está dando orgulho para o pai. O pai dela é o governador Ibaneis, mas nós temos orgulho de termos iniciado esse projeto. Entre muitos governos, nesses 64 anos de Brasília, nesses 30 anos de existência da Câmara Legislativa, foi nossa primeira secretaria com essa finalidade. Nós nos sentimos muito orgulhosos por fazer parte dessa história e por ver o quanto essa secretaria faz diferença na vida das pessoas.

Recentemente, deputada Paula Belmonte, nós firmamos uma parceria com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Agora, todas as viaturas desses órgãos têm um símbolo da pessoa com deficiência. Isso nunca tinha acontecido na história do Distrito Federal ou do país.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Com essa iniciativa, o policial militar ou o bombeiro pode abordar uma pessoa com deficiência auditiva em qualquer local, a qualquer hora e se comunicar com ela, mesmo sem saber Libras. Ele pode usar o celular, fazer a leitura do QR *code*, abordar a pessoa com deficiência e, por meio de uma plataforma, uma pessoa conversará com o policial. Poderá se informar, por exemplo, de que a pessoa abordada está vindo da faculdade, de um lanche, de um passeio, ou indo para casa ou para qualquer outro lugar.

Por meio da secretaria, de um projeto de minha autoria e de uma emenda de minha autoria, conseguimos implementar o QR *code* em todas as mil viaturas da Polícia Militar.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Agora, o Corpo de Bombeiros, o conselho tutelar e os outros órgãos do Distrito Federal também irão receber esse QR *code* para que haja um acesso melhor e maior para todas as pessoas surdas no Distrito Federal.

Meus amados amigos e aqueles que nos ouvem, eu me sinto orgulhoso por hoje comemorar os 5 anos dessa menina, dessa jovem, dessa guerreira chamada Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência. Que Deus nos abençoe e que dê muitos anos de vida para ela! Que ela possa brilhar e fazer o desejo do coração das pessoas com deficiência de Brasília arder cada dia mais!

Muito obrigado, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado Iolando. Para mim, isso também é uma alegria. Desde 2018, acompanho o senhor nessa luta incessante para a visibilidade das pessoas com deficiência.

A secretaria, com certeza, faz diferença não só para a pessoa com deficiência, mas também para a família, porque é sabido que, atrás de uma pessoa ou ao lado de uma pessoa, há sempre uma família, uma mãe guerreira, um pai.

Parabéns pelo trabalho, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, deputada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, pedi a palavra só para fazer um comentário sobre a fala inicial de vossa excelência em relação ao termo presidente e presidenta.

É importante para quem está assistindo a esta sessão saber que existe uma lei federal no Brasil, de 1956, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek, que estabelece a flexão de gênero em relação ao termo presidenta. Então, o termo não está incorreto pela língua portuguesa.

Há também uma pacificação gramatical em relação a esse tema. Para o gênero feminino, os dois termos, tanto presidente como presidenta, estão corretos, pela língua portuguesa.

Portanto, nesse caso, não errou a presidenta Dilma Rousseff, quando designou que deveria ser chamada dessa forma. Solicito que fique registrado que não é um termo incorreto da língua

portuguesa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Agradeço muito a contribuição de vossa excelência, mas, toda vez em que eu estiver na presidência, eu gostaria de ser chamada de presidente. Fica registrada a minha opinião como a deputada presidente que está dirigindo esta sessão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu só queria ressaltar os meus parabéns ao deputado Iolando. Quero deixar registrados os meus parabéns para vossa excelência, deputado Iolando, pela luta em favor da Pessoa com Deficiência, PCD. Essa é uma luta brilhante!

Tive a oportunidade de ser o primeiro-suplente de vossa excelência. Quando essa secretaria foi criada, e vossa excelência foi designado secretário de Estado, eu assumi o cargo de deputado nesta Câmara Legislativa e comecei a estudar a pauta. Naquela época, deputado Iolando, estatisticamente, mesmo sem haver algo concreto, já se falava que, em Brasília, havia aproximadamente 600 mil pessoas com deficiência. Isso significa 1/5 da população, o que mostra a importância da pauta que vossa excelência defende.

Também sou PCD. Ainda não me cadastrei por falta de zelo. Tenho visão monocular, ceratocone, doença que se enquadra na classificação de pessoa com deficiência.

Na minha família, muitas pessoas têm carteira. A minha irmã comprou um carro. Se não me engano, ela tem direito a 20% de desconto na compra do carro, justamente porque ela é caracterizada como pessoa com deficiência.

Eu queria dizer que houve hoje uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais, liderada pela deputada Dayse Amarílio, uma comissão extremamente atuante. Nós nos reunimos constantemente, votamos tudo. Uma das pautas que votamos foi um projeto de lei, de autoria de vossa excelência, que trata do pódio rebaixado para a pessoa com deficiência. Acho que vossa excelência enfrentou isso lá em Paris. Às vezes, o pódio é muito alto. Vossa excelência pensou nisso, e hoje foi aprovado, na nossa comissão, esse projeto de lei de autoria de vossa excelência. Meus parabéns por essa luta!

Quero deixar também registrado, porque acompanhei de perto – até pela função de suplente de vossa excelência, ao compor os quadros da Câmara Legislativa na legislatura passada –, que vossa excelência ficou pouco tempo lá. Eu e vossa excelência sabemos o porquê: faltou ao governo visão de colocar a estrutura necessária para essa secretaria mais do que justa.

Deputado Iolando, vossa excelência tem feito, como dizemos no meu Ceará, das tripas coração por essa pauta. Quero deixar isso registrado, pois sei que o doutor Gustavo Rocha, secretário da Casa Civil, está assistindo a nós, como sempre. Que eles deem uma estrutura extraordinária para essa secretaria!

Governador Ibaneis, estamos falando de 600 mil pessoas, de 1/5 da população do Distrito Federal que precisa do Estado, principalmente na área do esporte.

Vossa excelência, deputado, nos representou brilhantemente na França e esteve com os nossos atletas com deficiência. Que participação linda eles fizeram! – eu falei sobre isso na comissão. Ficaram em quinto lugar, com 89 medalhas entre ouro, prata e bronze.

Fiz questão de falar hoje sobre um bronze que o nosso cadeirante ganhou, que poderia ter sido uma medalha de ouro se ele tivesse uma cadeira melhor, com o auxílio do Estado, porque a cadeira dele foi adquirida com recursos próprios, com a própria condição dele.

Parabéns por essa luta. Estamos nesta casa, inclusive, para ajudar vossa excelência para que, cada vez mais, as pessoas com deficiência, nesta cidade, sejam extremamente bem tratadas, com dignidade, com carinho, com urbanidade. Elas precisam saber que há nesta casa alguém que olha por elas, como é o caso de vossa excelência. Parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Registro a presença – que, para mim, é sempre uma honra – dos nossos jovens e crianças que estão no parlamento. Eles são das escolas da 304 Sul e da 304 Norte. Sejam muito bem-vindos. Peço que vocês apareçam na TV para a mamãe e o papai. Sejam muito bem-vindos.

Eu não sei se vocês já tiveram aula a respeito de cidadania, mas esta é a casa do povo, onde

defendemos a sociedade, onde cada parlamentar representa a população, para que possamos, cada vez mais, melhorar a nossa vida e a vida de todos os brasilienses.

E, com certeza – eu posso falar pelos 24 parlamentares –, todos estamos sempre unidos em defesa das nossas crianças. Que Deus abençoe vocês, e sejam muito bem-vindos. Vocês são da 304 Sul ou Norte, ou das 2?

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Sul e Norte. Que bom. Eu sou aluna de escola pública e fico muito feliz de vocês estarem presentes e terem essa oportunidade. Grata pela presença.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, eu concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente desta sessão, deputada Paula Belmonte; boa tarde a todos que nos acompanham pelo plenário e pela TV Câmara Distrital e aos alunos da 304 Norte e da 304 Sul. Sejam bem-vindas e bem-vindos.

Presidente, deputada Paula Belmonte, a fala, hoje, é sobre o Dia do Cerrado. Para quem não sabe, hoje, dia 11, é o Dia do Cerrado. É importante dizer que o nosso Cerrado está em chamas.

Temos feito o debate sobre meio ambiente, historicamente. E, nesse dia 11, não podemos deixar isso passar batido, porque o nosso segundo maior bioma brasileiro está ameaçado. O Distrito Federal, como base central do berço das águas, também está sofrendo com isso.

Quero registrar alguns pontos importantíssimos sobre esse Dia do Cerrado e sobre o problema que o acarreta. Primeiro, é uma previsão, com dados, do que vem acontecendo com o desmatamento, com as grandes queimadas e com esses períodos da mudança climática. Há uma grande possibilidade de chegarmos ao final deste século sem esse importantíssimo bioma.

Perdemos mais de 27% da vegetação nativa, e 88 milhões de hectares foram atingidos pelo fogo, nas últimas 4 décadas, resultado da destruição total de mais de 38 milhões de hectares. De janeiro a agosto, mais de 4 milhões de hectares de Cerrado foram destruídos pelo fogo, ou seja, em apenas 8 meses, o avanço do agronegócio destruiu o equivalente ao tamanho da Holanda.

Atualmente, há mais da metade da área total do Cerrado modificada por ações humanas. A monocultura de soja ocupa 20 milhões de hectares, e áreas de pasto, mais 17 milhões de hectares. O Cerrado é o berço das águas, e nele nascem 8 das 12 bacias hidrográficas brasileiras e 3 grandes aquíferos, mas, em breve, isso tudo pode acabar, pois as áreas úmidas do Cerrado estão sendo destruídas, substituídas, principalmente, por pasto para gado e plantação de soja.

Eu chamo a atenção para Águas Emendadas, que é um fenômeno único da natureza, aqui no Distrito Federal, e quem for visitá-las verá as fazendas chegando ao limite do parque e as próprias Águas Emendadas sequear com água. É uma ação esponjosa. Você começa a andar por lá, coisa que era impossível realizar anos atrás.

Perder o Cerrado significa perder também sua enorme capacidade de reter CO₂ através de longas raízes que abastecem os lençóis freáticos, o que mantém o ciclo hídrico e o equilíbrio do planeta.

Deputada Paula Belmonte, eu quero chamar a atenção para o reflexo disso para o Distrito Federal. Nós estamos perdendo o segundo maior bioma, que é o Cerrado, e Brasília precisa se envolver urgentemente nisso. Estamos debatendo o assunto aqui; vai chegar o PDOT a esta casa, que é igual ao PPCUB ou bem pior, que compromete todo o Distrito Federal. Se não fizermos, agora, um estudo de áreas que precisamos preservar, de espaços em que não podemos mais permitir que haja grilagem; se não punirmos a grilagem de forma rígida, deputado Pastor Daniel de Castro e deputado Fábio Félix – porque esse reflexo da redução do Cerrado chegou nesta semana –; se não nos atentarmos para a crise hídrica no Distrito Federal – eu tenho repetido isto aqui –, não é que haverá racionamento de água: vai faltar água no Distrito Federal.

Está aqui um dado: o reservatório de Santa Maria atingiu, nesta semana, 47% da sua capacidade. O Descoberto, que atende a 64% da população do Distrito Federal, hoje está com 81%, menos 9% em relação ao ano anterior.

Em época de seca, é natural que os reservatórios diminuam. O problema é que o reservatório está diminuindo cada vez mais e a chuva está vindo cada vez menos. Nós estamos há 141 dias sem

qualquer chuva, deputado Iolando. Cada vez mais, aumenta esse período de não chuva no Distrito Federal, ou seja, o nosso reservatório diminui mais. E, quando chove, pelo fato de as áreas estarem degradadas, deputados, não há absorção pelo lençol freático.

Então, o que estamos sinalizando não é uma percepção. "Ah, eu estou achando isso." Não. São estudos, e é matemática pura: menos chuva; menos capacidade de absorção; mais degradação do Cerrado, que é o berço das águas; menos águas. E o Distrito Federal vai penar, sobretudo os mais empobrecidos desta cidade, que não vão ter acesso a esse bem que é um direito difuso.

Gosto de repetir isto: direito difuso não tem movimento específico.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Vou concluir, presidente.

Não é só um segmento que luta pelo direito difuso. Ele é, inclusive, daquele que não nasceu. A água é um direito daquele que não nasceu. É nosso papel preservar e garantir que exista água para as gerações futuras.

É triste ver que o Distrito Federal tem perdido o seu Cerrado de forma escalonada. Precisamos fazer um debate sincero. Não dá mais para a cidade crescer como está crescendo. Precisamos fazer um corredor ecológico de proteção ambiental e um plano de arborização nas cidades. O que capta água é planta, árvore. Não nos adianta só fazer um canteirinho, achando que ele vai absorver água. Não vai. Nós precisamos plantar, ter raízes consolidadas, fazer com que a chuva seja absorvida. Precisamos reflorestar as áreas das nascentes e dos mananciais. Ou fazemos isso hoje ou, infelizmente, a geração que vai nascer poderá passar um problema muito sério de crise hídrica na nossa cidade.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Assim encerro o meu pronunciamento: saudando o Dia do Cerrado e convidando todos e todas para uma audiência pública sobre o clima, no dia 18, nesta casa. Vamos debater como o Distrito Federal precisa, urgentemente, tirar do papel o seu plano para o clima e garantir uma cidade sustentável e integrada para todo mundo.

Obrigado.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Entendo que essas observações são importantes para, inclusive, alertar e ajudar o governo a buscar soluções. Fizemos isso hoje, na CAS, no tocante aos Avas, aos ACS e às endemias que estão vindo. Muitas vezes, não temos controle, mas temos previsibilidade.

Parabéns.

Esta presidência informa que, em razão do Requerimento nº 1.584/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 12 de setembro de 2024, será transformada em comissão geral para debater a situação da saúde no Distrito Federal.

Concedo a palavra à nobre deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (Cidadania. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Presidente, para mim, sempre é uma grande alegria estar aqui.

Quero, mais uma vez, cumprimentar a nossa criançada, o corpo de professores e a diretoria das escolas. O movimento da Câmara Legislativa, por meio da Escola do Legislativo, de trazer crianças, jovens, adolescentes e idosos para cá me deixa muito feliz. Esta é a casa da população. Desde cedo, as crianças têm que aprender a respeito de cidadania, entender a função do parlamento e participar de uma boa política.

Alunos da 304 e da 305 Sul, que Deus abençoe vocês! Sintam-se muito bem-vindos!

Tenho alguns assuntos para falar e vou iniciar colaborando com o deputado Max Maciel, que me antecedeu, a respeito do dia de hoje. Hoje é 11 de setembro, quando se comemora o nosso bioma Cerrado.

Na época em que eu era deputada federal, defendi um projeto de lei, no Congresso Nacional, para que o bioma Cerrado fosse realmente amparado pela Constituição federal. Infelizmente, ainda não conseguimos fazer com que esse projeto seja aprovado. Isso será um marco para nós todos brasileiros, e, de forma geral, para a região Centro-Oeste, que é dominada, graças a Deus, pelo

belíssimo Cerrado.

Não há como falar do Cerrado e não falar dos nossos ipês. Os ipês estão na cidade inteira. Apesar do calor e da seca, a nossa cidade está sendo presenteada pelos ipês-amarelos, ipês-brancos, ipês-rosas e ipês-roxos. Essa é a verdadeira beleza da natureza. Ao vermos essas flores tão lindas, sentimos a presença de Deus, que, com elas, traz alegria aos nossos corações, mesmo com essa seca cinza.

Presidente, infelizmente, o governo atual, que fala tanto de sustentabilidade, que fala tanto de amor ao próximo, está deixando que se bata o recorde nacional em incêndios. Nos últimos 10 anos, nunca houve tantos incêndios no Brasil. Infelizmente, o nosso bioma Cerrado está sendo o mais prejudicado.

Temos dados de que, na Amazônia, houve 5.200 ocorrências de incêndios. No Cerrado, foram mais de 5.600. Esse governo falou tanto que ia cuidar da nossa população, que ia cuidar da nossa sustentabilidade, que ia cuidar das nossas florestas, e o que estamos vendo é um descuido total, é incêndio para todo lado.

Nós temos que chamar a atenção para isso, sim, porque várias pessoas e autoridades internacionais, uma época atrás, diziam que no Brasil nós éramos inconsequentes, não tínhamos responsabilidade. Eu pergunto: cadê vocês para mostrar a irresponsabilidade que está acontecendo no Brasil hoje em dia? Os incêndios acontecem no Brasil inteiro. Em 10 anos, nunca houve tantos incêndios como agora. Onde estão as pessoas para defender o nosso Brasil e a nossa sustentabilidade?

O que foi falado pelo deputado Max Maciel é uma verdade. Temos que ter muita responsabilidade ao votar o PDOT. Estamos falando do território do Distrito Federal e não podemos deixar que aconteça com esse plano o que aconteceu no PPCUB, que foi aprovado de forma truculenta pelo Plenário da Câmara Legislativa.

Nós parlamentares vamos exigir que esse plano passe pelas comissões e seja realmente discutido ponto a ponto, para que o votemos com responsabilidade.

Brasília tem um rio que está totalmente contaminado, o rio Melchior. Na população do Setor Cerâmica, há pessoas que estão com os dentes todos cariados; as senhoras estão com os cabelos caindo; e as crianças estão todas cheias de perebas pelo corpo. O que nós estamos fazendo para essa população?

Nós temos que exigir que a CPI do rio Melchior seja instalada. Esse foi um compromisso desta presidência, e peço que ele seja cumprido. Que ela seja uma das próximas a serem instaladas.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, é importante dizer que a sustentabilidade não é antagônica ao desenvolvimento econômico. Eu tenho certeza de que nós conseguimos fazer a sustentabilidade com desenvolvimento econômico. O que precisamos é tratar esse tema com seriedade e responsabilidade.

Semana que vem votaremos aqui a regulamentação das terras rurais, e cada parlamentar tem responsabilidade de cuidar da votação para que os grileiros não sejam atendidos, porque há muito senhor, muita senhora, muitas famílias que se dedicam à produção rural do Distrito Federal há 50, 40, 30, 10 anos. São essas pessoas que estão abastecendo a nossa cidade e as escolas com alimentos *in natura*.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, que todos nós tenhamos muita responsabilidade em defender quem cuidou da sustentabilidade da área e a temporalidade que há nisso, para não darmos chance de que o grileiro, mais uma vez, roube as terras do Distrito Federal.

Presidente, por último, quero falar como mulher – estou no parlamento como deputada, mãe de 6 filhos e mulher. O que aconteceu com o ex-ministro Silvio Almeida é uma vergonha para todos nós. Eu me senti envergonhada. Aliás, antes mesmo de ele ser acusado, ele esteve várias vezes na Câmara dos Deputados, onde foi extremamente arrogante e machista com algumas mulheres.

Hoje, neste governo que fala que defende as mulheres, há 2 ministros envolvidos, entre eles uma ministra negra...

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... que foi assediada sexualmente.

O mais interessante: falamos de direitos humanos. O que são direitos humanos? É dar oportunidade para que todas as pessoas tenham igualdade de condições. Como disse o deputado Max Maciel ao falar sobre o direito difuso, mesmo aquele que não nasceu tem direitos. É direito humano as nossas crianças terem qualidade na alimentação, é direito humano a criança ter educação de qualidade.

Agora, colocam na pasta de direitos humanos uma ministra que está sendo acusada de corrupção em compra de material escolar milionário. Que direitos humanos essa senhora vai defender, se ela não defende nem a dignidade das nossas crianças? Se ela é capaz de estar envolvida em um inquérito que investiga roubo e superfaturamento de material escolar?

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sinceramente, eu não consigo compreender, presidente, o que se está defendendo. Os direitos humanos têm que ser exemplo. A pessoa que conduz essa pasta tem que ser exemplo para a nossa sociedade, porque o exemplo arrasta.

O Silvio Almeida já tem histórico de assédio sexual há muito tempo, e essa senhora está sendo acusada de desvio e superfaturamento de material escolar. Estamos falando de desvio de material escolar!

Estávamos falando sobre as crianças. Há pessoas que não reconhecem o direito de uma criança estudar com dignidade, responsabilidade e qualidade.

Então, deixo o meu repúdio à nomeação dessa pessoa acusada de superfaturamento milionário na Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Obrigada, presidente. Que Deus nos abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Solicito a vossa excelência que assuma a presidência para que eu possa fazer uso da palavra nos Comunicados de Líderes.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, deputada Paula Belmonte.

Boa tarde, deputados presentes nesta casa, assessores, aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Câmara Distrital. Que Deus nos abençoe.

Trago esta tarde à Câmara Legislativa algumas pautas. Eu começarei falando sobre o que vossa excelência falou agora.

Semana passada houve mais um caso estarrecedor do desmando do governo do presidente Lula. Um ministro foi acusado de assédio sexual. Lamentavelmente não vimos 1 fala da esquerda, nem da mídia e muito menos do poder público. O ministro foi acusado, assediado. Imediatamente eu fiz um vídeo. Tentaram abafar o caso, que teve uma enorme repercussão por causa do portal *Metrópoles* – quero aqui parabenizar o *Metrópoles* pelos seus 9 anos de existência. Por conta da pressão... E o presidente ainda chamou a ministra Anielle Franco e o ministro para verificar se esse fato procedia. Ou seja, ele estava tentando passar pano, como faz para o Maduro, narcotraficante, recebendo-o no Palácio do Planalto em um tapete vermelho. O fato é que ele resolveu demitir o ministro dos Direitos Humanos, senhor Silvio Almeida.

Presidente deputada Paula Belmonte, qual o aspecto estarrecedor nisso? É o fato de que todas as vozes dizem que o presidente Lula, alguns ministros e a primeira-dama, Janja, sabiam do assédio sexual que esse ministro praticava a algumas mulheres, inclusive à Anielle Franco. Se eles sabiam, vou lhe falar, todos prevaricaram. O crime de prevaricação é tipificado no Código Penal Brasileiro, em seu artigo 319, com pena de detenção de 3 meses a 1 ano. Além disso, é uma ação pública incondicionada, ou seja, o Ministério Público e o Congresso Nacional têm que agir. Se o presidente Lula sabia – e os relatos dizem que sim, mas isso será fruto de investigação –, além da prevaricação, ele está sujeito ao *impeachment*.

Inclusive assusta-me que o Congresso Nacional ainda não tenha colhido assinatura para abrir um processo de *impeachment* contra o presidente, pois ele passou pano, acobertou um canalha que

assediava mulheres sexualmente. Há relatos de que na reunião de ministros ele passava a mão nas pernas da ministra.

Querem saber de outro fato que está aqui no *Metrópoles* de ontem? Ele assediou várias ex-alunas. O *Metrópoles* de ontem traz a entrevista de uma aluna à repórter Laís Martins. A estudante diz que foi assediada por ele quando era professor na universidade. Ele é um criminoso contumaz, é um cara que vivia e vive assediando mulheres.

Esta casa e o Brasil, nós estamos trabalhando para que as mulheres sejam respeitadas com toda dignidade. A senhora sabe o tanto que nós pautamos a proteção das nossas mulheres. Então nós vemos justamente o ministro dos Direitos Humanos praticando crime, e o governo sabendo e acobertando.

Deputada Paula Belmonte, a senhora sabe o quanto nós que somos da direita sofremos quando o Bolsonaro estava concorrendo à eleição. No ano passado, depois que ele perdeu a eleição, nos acusavam de tudo nesta casa, bem como no parlamento federal. Qualquer coisa do Bolsonaro era pancada. O que está acontecendo agora? Todo mundo calado, a imprensa calada, essa grande imprensa que muitas vezes passa pano para a esquerda.

Estão ocorrendo queimadas no Brasil todo, você não vê os artistas. Onde estão os artistas? Todos calados, porque receberam Lei Rouanet. Foram 16 bilhões de orçamento para a Lei Rouanet. O que o presidente fez? Cortou 7,5 bilhões da educação, e o déficit primário está chegando a 1 trilhão de reais.

Então é um governo desgovernado. É um Titanic – como eu sempre falo – à deriva, que vai bater no maior *iceberg* da história, e ninguém sabe o que vai acontecer. Fica registrado o meu repúdio.

E mais: nomearam uma nova ministra de Direitos Humanos. Gente, não tiveram a sabedoria, a capacidade de olhar a vida pregressa, os antecedentes criminais dela, uma vez que a ela foram imputados crimes, como desvios milionários na Secretaria de Educação de Minas Gerais. Uma pessoa dessa vai cair antes de se sentar, porque hoje alguns deputados federais e estaduais já protocolaram um pedido ao Ministério Público para tornar sem efeito a nomeação dela – o que precisa ser atendido!

Lembram-se do delegado Ramagem? A esquerda bateu, até que o presidente Bolsonaro – mesmo sendo um ato discricionário nomeá-lo como diretor da Abin – não pôde nomeá-lo. Então, está na hora de se levantarem contra, porque essa mulher não tem capacidade para ser ministra de Direitos Humanos.

Por fim, presidente, eu quero ressaltar a minha alegria e, ao mesmo tempo, agradecer ao governador. No 26 de setembro há uma comunidade de 50 mil pessoas que sofrem demais pela ausência do Estado nas suas condições básicas, principalmente no que diz respeito a infraestrutura.

Parabéns a vossa excelência por ter destinado emendas ao SLU. Quero lhe dizer que já colocaram os papa-lixo lá na cidade. Eu vi hoje os papa-lixo. Obrigado por olharem carinhosamente para o 26 de setembro, não só vossa excelência, como também outros deputados desta casa.

Hoje o governador, por intermédio da Novacap e do seu presidente, Fernando Leite, está fazendo um trabalho bacana lá. Estão fazendo a compactação das ruas, jogando fresado e piche por cima, fazendo aquela imprimação por cima. Eu fui verificar e fiscalizar essa obra hoje. O que é bacana? Nós estamos em uma época de muita seca, quando a poeira é muito alta, e isso tira a poeira.

Eu andei esses dias...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Já estou terminando, presidente, peço só mais um minuto a vossa excelência.

Eu andei por lá esses dias com o Zeno, secretário de Mobilidade, no transporte convencional, que nós pegamos no terminal da Estrutural. Andamos com algumas lideranças e com algumas mães. Fizemos toda a rota do ônibus dentro do 26 de setembro. Saímos da estrutural, fomos e voltamos. Quando nós chegamos, a nossa roupa precisou ir para a lavanderia, de tanta poeira.

Esse trabalho que mencionei antes vai trazer dignidade para aquele povo até virem definitivamente as obras. Então quero agradecer ao governador Ibaneis, à vice-governadora Celina Leão e ao doutor Zé Humberto, que está gerenciando a obra para nós lá na ponta, através do servidor Rodrigo, coordenador do Polo Central 2.

Muito obrigado.

Eu estive lá, deputada Paula Belmonte, na hora do almoço, fazendo a fiscalização, vendo como estão sendo feitas as obras. É engraçado o tanto que a comunidade para o seu carro, buzina, conversa, tira uma foto, agradece o trabalho que está sendo feito lá.

Clamo ao governo, por intermédio do nosso secretário da Seduh, doutor Marcelo, que seja célere quanto ao projeto urbanístico do Assentamento 26 de Setembro, porque, quando for finalizado o projeto urbanístico, a cidade será passível...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... de regularização.

Repetindo, deputada Paula Belmonte, quando for finalizado o projeto urbanístico na Seduh, a cidade será passível de regularização. O Governo do Distrito Federal poderá realizar uma grande licitação para contratar um grupo de empresas para entrar na cidade e fazer todas as obras de infraestrutura, de drenagem, de bacia de contenção, de gabiões, de tudo referente a asfalto – base, sub-base, leito e subleito. Poderão ser instalados o asfalto, as calçadas e os estacionamentos. Uma emenda nossa de 2 milhões possibilitou a instalação da nova rede de energia. Tudo isso poderá ser feito para darmos dignidade àquela população, que tanto clama por soluções e tanto precisa desses itens.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Parabéns, deputado. Vossa excelência sabe que eu tenho um carinho especial pelo Assentamento 26 de Setembro. Para mim é uma alegria ter destinadas emendas para que chegassem os papa-lixo àquela localidade, apesar de sabermos que isso é pouco perante a necessidade da população. É um trabalho incansável, e nós parlamentares precisamos nos unir nesta casa.

Parabenizo vossa excelência e o gerente do Assentamento 26 de Setembro. Podem contar conosco para proporcionarmos mais dignidade a todas as pessoas.

Encerramos os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Desejo uma boa tarde aos deputados, às deputadas e a quem nos acompanha pela TV Câmara Distrital.

Eu falo presidente, porque sou daqueles que respeitam como as pessoas gostam de ser chamadas e não daqueles que atacam a identidade de gênero dos outros, aquilo que elas defendem e como elas se entendem no mundo.

Eu queria, presidente, falar sobre o Dia do Cerrado. Acho que hoje é um dia muito importante para refletirmos sobre as questões ambiental e climática no Brasil e no Distrito Federal. Esse é um tema importante, e a responsabilidade por ele é de todos os parlamentares e de toda a sociedade, porque nós estamos vivendo um momento absolutamente diferente em relação à questão climática.

Somente neste ano de 2024, 142 mil hectares desta região foram consumidos pelo fogo. Isso representa mais de 15% do bioma do Cerrado devastado. Cerca de 40% da nossa Floresta Nacional de Brasília foi destruída pelas queimadas. Os dados são alarmantes e mostram a necessidade de monitoramento. Há uma mudança no mundo. Estamos falando agora do direito de todas as pessoas ao futuro e devemos nos preocupar com isso.

Na Câmara Legislativa existe a Frente Parlamentar dos Extremos Climáticos, que surge justamente para adotarmos uma política pública em relação a essa temática.

Muitas vezes, existem secretarias de Estado do meio ambiente que são secretarias protocolares, cartoriais. Elas não se preocupam em construir planos estratégicos em relação a essa política pública. Eu acho que o momento requer de nós responsabilidade, e são vários os caminhos da responsabilidade.

O primeiro caminho da responsabilidade, obviamente, é o dos gestores comprometidos com a pauta ambiental. Felizmente, não pertence mais ao Ministério do Meio Ambiente o ex-ministro Ricardo

Salles, que tentou passar a boiada contra a legislação ambiental. Ele conseguiu muitas vitórias, porque conseguiu revogar decretos e aprovar projetos que retiraram várias legislações importantes no Congresso Nacional, o que permite que o agronegócio e os latifundiários pratiquem muitos dos crimes pelos quais hoje nós estamos pagando a conta no campo brasileiro. Essa é uma preocupação que nós temos hoje. Esta é uma responsabilidade necessária: com a legislação e com a gestão na área ambiental. A outra responsabilidade diz respeito aos incêndios criminosos. Precisamos qualificar a nossa legislação em relação ao cometimento desse crime. Deve haver investigação da Polícia Civil e da Polícia Federal, em relação aos crimes ambientais intencionais. As intenções são diversas, e uma delas é a grilagem de terra. Sabemos que isso acontece aqui do nosso lado, no Distrito Federal. A destruição da terra objetiva parcelar, grilar, dizer que era dono da terra – até mesmo de área de proteção ambiental, com aniquilamento completo de áreas desse tipo.

Também há alguns grandes líderes do agronegócio que, de forma completamente irresponsável, estão estimulando o fogo, estão utilizando a metodologia do fogo em suas terras. Eles estão queimando e destruindo suas propriedades e a de outros. Temos visto outros empresários do agronegócio denunciando essas ocorrências. Isso está acontecendo em alguns estados brasileiros governados pela extrema-direita. Eles estão fazendo a mesma coisa.

Portanto, acho que é importante termos a dimensão da complexidade daquilo que nós estamos vivendo, o que é diferente daquilo que vivemos também no passado.

É óbvio que temos de cobrar a responsabilidade de todos, e não importa de quem seja o governo. Temos de cobrar responsabilidade do governo local para que tome atitudes no âmbito do Distrito Federal, para que fortaleça a Delegacia do Meio Ambiente a fim de que esta possa investigar os crimes que estão acontecendo localmente. Não adianta passar pano para o GDF e jogar toda a responsabilidade no governo federal. Há responsabilidades que são de todos nós.

Eu lembro que votei, na legislatura passada, nesta casa, contra o despejo de veneno via aérea nos campos no Distrito Federal. Isso não era autorizado aqui. Eu votei contra essa matéria, por respeito ao meio ambiente – mas, agora, isso também é autorizado no DF.

A questão ambiental não é para amanhã. A questão ambiental é para hoje. A questão climática é para hoje. Essa é uma responsabilidade de todos. Não adianta fazer discurso em relação ao tema e flexibilizar votando o uso da terra o tempo inteiro – mesmo a terra rural – e não pensar no todo, não pensar de forma global.

Essa responsabilidade, como já falei, é de todas as pessoas que têm envolvimento com o poder público. É óbvio que há uma diferença significativa entre uma ministra como a Marina Silva, que entende do tema, que enfrenta o tema na sua complexidade e realidade, e um ministro como aquele Ricardo Salles, que não tinha compromisso ambiental, cuja preocupação era com uma legislação que favorecesse o agronegócio e o latifundiário brasileiro.

Precisamos dizer qual é a verdade sobre esse tema. O governo está enfrentando o problema.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O governo não vai resolver todo o problema, mas o está enfrentando, inclusive com medida provisória em relação a essa temática. Porém, nós temos de cobrar, porque é responsabilidade de todos a situação em que estamos vivendo hoje. Temos de cobrar que haja também medidas no Distrito Federal, até porque essa é a nossa atribuição. Temos de cobrar que a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal faça pesquisa de longo prazo.

Existe uma central de monitoramento? Hoje já se completaram 141 dias de seca no Distrito Federal. Como vai ficar a situação da água amanhã? A culpa é de quem – da Marina, do Lula? De quem é a culpa quanto à questão de água no Distrito Federal? Quem cuida da Adasa? Quem indicou os diretores da Adasa? Quem indicou o presidente da Caesb? Quem indicou o secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, nessa seca de 141 dias? Quais são os órgãos estratégicos de planejamento em relação à água? A culpa é da ONU? Não. A culpa é do governador do Distrito Federal, que arrota por aí dizendo que foi reeleito no primeiro turno. Ele deveria estar trabalhando de forma estratégica em relação à questão ambiental e à questão climática, que são problemas para hoje e não para amanhã. Então, acho que esse discurso é extremamente contraditório.

Eu tenho coragem de subir aqui e cobrar do governo Lula, de cobrar da ministra Marina Silva – mesmo pontuando que há diferenças –, como também de cobrar do governador local e não passar pano para aquilo que ele tem feito, destruindo a legislação ambiental nos âmbitos federal e distrital. Eu acho que isso é o correto e é o que tem que ser parte da nossa postura, pois a nossa preocupação

ambiental é correta, é legítima, é genuína e não é casuística.

Eu quero, presidente, também registrar a ausência do deputado Chico Vigilante hoje, porque ele está em uma audiência no Palácio do Planalto. Ele pediu que nós fizéssemos este registro. Sabemos que é um dos deputados mais presentes nesta casa, e nós o respeitamos muito. Ele pediu que fizéssemos este registro em relação à audiência, trazendo o porquê de ele estar fora da Câmara Legislativa do Distrito Federal hoje.

Eu encerro a minha fala abordando a nomeação da ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, porque eu acho que é importante fazer esse registro. É um nome extremamente respeitado.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É um nome conhecedor da pauta de direitos humanos e da educação no Brasil.

Eu desejo que a ministra faça um excelente trabalho. Ela é uma mulher negra que é deputada estadual, foi vereadora em Belo Horizonte, secretária de Educação e deputada estadual. Ela vai começar a trabalhar agora como ministra e a montar uma equipe.

Não acho que seja verdade o que foi falado aqui em relação a falta de atitude. O governo fez a exoneração do ministro anterior. Eu vi, nas redes sociais, diferentemente do que foi falado anteriormente, a posição de inúmeras lideranças parlamentares de esquerda em relação ao tema. Inclusive, eu me posicionei, defendi que houvesse apuração rigorosa e que houvesse o afastamento imediato.

Vi todas as lideranças de esquerda se posicionando, diferentemente do que aconteceu no governo Bolsonaro, quando o presidente da Caixa, acusado de assédio, continuou intocado no cargo dele. No caso atual, houve exoneração e foi iniciada uma apuração imediata pela Polícia Federal, que já está ouvindo os envolvidos no caso.

Eu quero com isso desejar uma excelente gestão à nova ministra dos Direitos Humanos no Brasil. Esse ministério foi destruído no governo anterior por meio da gestão da atual senadora Damares, que não tinha comprometimento com a pauta de direitos humanos, que tentou desqualificar uma série de políticas públicas construídas historicamente nesse país.

Espero que Macaé Evaristo consiga trabalhar pela reconstrução dos direitos humanos no Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado.

Registro que o deputado Chico Vigilante e o nosso líder, deputado Robério Negreiros, fizeram aniversário nesta semana. Desejamos tudo de bom para eles.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu quero fazer algumas ponderações.

Primeiro, quero ressaltar a ausência do deputado Chico Vigilante. Eu sempre brinco com ele que, assim que eu cheguei a esta casa, ele era o primeiro a chegar, Hoje, não, eu sou o primeiro a chegar; mas eu chego e, logo em seguida, ele está aqui também. É um parlamentar exemplar, que sempre está nesta casa ajudando e orientando todos nós, até pela sua experiência.

Presidente, às vezes eu fico perdido nas falas e nas narrativas. Eu louvo a Deus, porque Deus tem dado algumas oportunidades para nós. Eu sempre digo que o tempo é o senhor da razão. O tempo cura todos os males e descortina todas as coisas. A verdade é a verdade, e a mentira sempre vai ser a mentira. Porém, as narrativas são interessantes. Há um preço de ser governo, e o governo tem que pagar um preço mesmo.

Ressalto as mídias sociais do deputado Fábio Félix. Eu acompanho todos aqui. Realmente vossa excelência se pronunciou na semana passada – eu acompanhei –, pediu a apuração e, se fosse o caso, o afastamento. Mas, desculpe-me, isso não foi o perfil da esquerda.

Eu nem questiono falarem do afastamento e das apurações, porque isso precisa ser feito, seja de direita ou de esquerda, seja de Lula ou de Bolsonaro. Questiono é que o governo sabia há 8 meses que o ministro assediava as mulheres no palácio e passava a mão nas pernas da ministra Anielle Franco.

Isso foi acobertado. Isso é crime de prevaricação. O presidente Lula fica sujeito a *impeachment*; e todos os outros ministros, sujeitos a responder criminalmente, segundo o Código Penal. Além disso, se é ministro, a autoridade tem que ser afastada do cargo.

Fala de queimada, fala de Bolsonaro, fala de Salles. Deixe-me esclarecer: o governo passou há 2 anos. Este governo precisa mostrar a cara dele e dizer para o que veio. A Marina Silva está perdida, até nas suas falas. Quando ela fala, ela está perdida e não sabe mais o que fazer. Esquece o Bolsonaro. Quem assumiu foi outro governo.

Não adianta querer trazer para Brasília, não. Claro que nós não somos infantis. Estamos vivendo um tempo de intempéries, de forças da natureza. Realmente, ninguém controla a força da natureza. Ninguém controla 140 dias de seca. Isso é coisa de Deus, é Deus que controla o tempo. Ele é o único que o controla. Mas a narrativa era que a culpa era do Bolsonaro. E agora a culpa não pode ser do Lula? É do Lula! Incompetente, descondenado!

Fizeram um esquema para o Lula sair da prisão e virar presidente da República. Ele está perdido e não sabe o que faz. A questão dele é viajar. Então, precisamos jogar nele a responsabilidade, até para ver se ele sai da inércia e faz alguma coisa.

E mais: a Janja é mulher, a maior defensora das mulheres no Brasil hoje é ela, porque é primeira-dama. Por que a Janja, que exerce tanta influência no Lula, não pediu ao Lula para demitir esse ministro antes? Por que ela não deu orientação para o Lula não nomear a ministra Macaé?

Essa ministra não tem moral! Está aqui, é só entrar no portal R7: "Macaé Evaristo responde a processos..." – no plural – "... por superfaturamento em Minas Gerais".

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Uma mulher dessa não tem qualificação. Eu não estou sendo homofóbico, xenofóbico ou contra mulher, não. Estou falando por critérios, por princípios.

Inclusive, a lei de nomeação inquirir a todos nós. Quando chegamos a esta casa, somos obrigados a apresentar todos os nossos antecedentes para saber se temos uma vida pregressa lisa, correta ou não. Essa mulher não tem. Ela está respondendo por improbidade administrativa e por desvios, e ela vai para um ministério que tem milhões e milhões para fazer enfrentamento na pauta dos direitos humanos.

Isso precisa ser registrado, e vou registrar mesmo. Quando o presidente era o Bolsonaro, nós apanhamos aqui durante um ano – calados, muitas vezes.

Por fim, presidente, deixe-me falar algo mais. O presidente Lula foi condenado, e ninguém fala nisso, presidente. Agora, o governo dele foi condenado a pagar 15 mil reais ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Sabe por quê? Por danos morais devido à acusação de que o casal havia...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... levado os móveis da presidência. A mídia não fala nada. Isso é *fake news*! Tanto o Lula quanto quem falou deveriam estar no inquérito das *fake news* do ministro Alexandre de Moraes, mas todo mundo passa pano, todo mundo fica calado, presidente deputada Paula Belmonte. Isso é assustador! Podem ver os inquéritos do ministro Alexandre de Moraes. Neles, só há pessoas de direita.

A Deolane foi solta esses dias. Essa mulher está sendo acusada de crime no PCC, de lavagem de 2 bilhões de reais. O advogado dela impetrou um *habeas corpus* e ela foi liberada sob o pretexto de que é mãe e tem um filho menor de 12 anos.

Dona Adalgisa tem 4 filhos, 64 anos e todas as comorbidades, mas não conseguiu um *habeas corpus*.

Clezão, meu amigo, e dona Jane, minha amiga, moram em Vicente Pires. Esse cara não cometeu nenhum crime. Nada foi comprovado contra ele. Ele chegou ao local às 17 horas. Ele foi lá e foi preso. Parecer do Ministério Público Federal, da PGR: soltura. O ministro não soltou. Ele morreu na cadeia, ele morreu inocente.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não o liberaram. Um *habeas corpus*, um inocente.

Para os inocentes, patriotas: 14, 15, 16 anos de prisão; mas os criminosos são soltos. Tem algo

fora da estrutura do mundo de direito, deputada Paula Belmonte. Isso precisa chamar a nossa atenção. Isso não é porque estejamos perseguindo alguém. Não é, não. Nós queremos trazer isso aos olhos, porque hoje é um grupo, mas amanhã será outro.

Sou favorável a penalizar e a criminalizar todo mundo. Prendam quem está praticando crime, quem está queimando criminalmente, quem está invadindo terra, quem está grilando, mas o façam para os 2 lados.

Cadê o pessoal preso do MST? O líder do MST, o Boulos, está disputando a eleição, em São Paulo, como prefeito. Esse cara foi o maior incentivador de invasão. Quantas fazendas queimadas? Quantos animais foram mortos nas fazendas? Pais de família, que só tinham aquilo, foram expulsos das suas fazendas! Suas terras, plantações e animais foram queimados!

Você não viu esse povo responder por abolição do Estado democrático de direito, por crime contra a propriedade privada e, muito menos, por terrorismo. Esse povo, sim, tinha arma, fuzil, metralhadora.

Os da direita, o que eles tinham? Por que eles estão sendo condenados? Estilingue. Há 2 pesos, há 2 medidas ou não neste Estado?

É lamentável, porque para esquerda passam pano, mas para a direita é o rigor da lei.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Obrigada, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, a conversa foi tão longe, que o pastor falou até da Deolane. Acho que a falta do Twitter deixa a imaginação um pouco maior para todo mundo, para falar sobre os temas. Porém, ele tocou em alguns elementos para os quais eu acho que precisamos trazer a realidade, a verdade aqui.

O candidato a prefeito de São Paulo Guilherme Boulos, do PSOL, não tem nenhuma condenação criminal. Ele não foi condenado. O movimento que o Guilherme Boulos, como líder social, liderava era o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, um movimento por reforma urbana. Não tinha fogo no campo, porque ele não era do movimento do campo – o MST, que é o movimento dos sem-terra –, que trata da luta pela distribuição da terra no campo. Então, era um movimento urbano, que tratava do direito à moradia. Hoje, milhares de ativistas militantes do MTST têm direito à moradia garantido, porque, lá atrás, eles conquistaram o Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1. Essa é a condição do Guilherme Boulos.

Agora, o candidato queridinho, o novo queridinho da extrema-direita brasileira, o Pablo Marçal, é o candidato do Tigrinho, é o candidato dos clubes de aposta, é o candidato do PCC, que eles amam, porque eles têm criminosos de estimação.

Eles querem agora, na CCJ, aprovar a anistia para condenados de destruição dos 3 Poderes. É isso. São os criminosos de estimação. Eles trabalham, não pelo Brasil. Eles não estão preocupados em pautar, na CCJ, a política pública ambiental. Eles estão preocupados em livrar os amigos deles dos crimes. É isso. Essa é a preocupação deles.

O novo queridinho deles, com 20% nas pesquisas em São Paulo, é o Pablo Marçal. Pablo Marcola, que tem ligação direta com o PCC. O presidente do PRTB, o partido dele, tem ligação direta com o PCC, com o crime organizado. É o queridinho. Foi aclamado pela extrema-direita. Eles estão fazendo agora o M de Marçal, que é o novo queridinho das apostas. Então, eles não têm moral para falar sobre isso, porque estão lidando com criminosos, além de todos os crimes cometidos por Bolsonaro, ao longo do processo dessa gestão: tentativa de golpe, sim, e abolição do Estado democrático de direito. Nós não vamos deixar de responder. A realidade precisa ser dita em relação a esse grupo político que quer destruir as políticas públicas no Brasil.

Eu queria desafiar a bancada do PL ou da extrema-direita no Congresso Nacional a, neste momento de crise no Brasil, fazer uma política pública, propor algo para enfrentar a crise climática, como nós da oposição fazemos aqui muitas vezes, votando de forma unificada projetos do governo local, porque temos responsabilidade com a cidade. Não é 1 nem 2. São dezenas de projetos. Não, a extrema-direita lá é só para tumultuar, para destruir, para atacar, porque não tem compromisso com o Brasil. Estão sempre no TikTok, querendo ganhar seus likes, fazer os seus shows e atacar as pessoas transexuais que não têm emprego, que estão morrendo, que têm dificuldades na sua vida; as pessoas

LGBT; as mulheres. É isso. Essa é a lógica do atuar desse segmento.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu acho que não dá para falar de alguém com a história de Guilherme Boulos, que é a história de um militante em defesa do movimento de moradia que está agora disputando as eleições. Foi o deputado federal mais votado de São Paulo e agora disputa a prefeitura de São Paulo. Não tem condenação em seu nome, assim como não tem condenação a ministra Macaé Evaristo, porque uma coisa é apuração, outra coisa é processo.

Se falarmos de processo, gente, e batermos aqui com o secretariado do governo local, de outros cargos, não deixamos ninguém de pé. Se falarmos de processo, não fica ninguém de pé. Nós estamos falando de condenação, porque a legislação pede a condenação. O que todo mundo entrega é condenação. É disso que tem que se falar, nesse caso. E, mesmo assim, tem condenação injusta na justiça, mas não é o caso dela.

Agora, quem tem problema real com a justiça, envolvimento com o PCC, quem tem problema – já foi preso, inclusive, e condenado – é o queridinho da extrema-direita: Pablo Marçal. Ele já foi condenado. Já foi condenado.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para concluir, presidente, ele foi condenado. Já foi provado. Está ali a sentença de condenação dele. Foi condenado e é o novo queridinho da extrema-direita. Já que estão falando das fraudes do PCC, eu tenho que trazer o novo queridinho desse setor político.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu quero dizer, primeiramente, que eu estive recentemente no Acre, em Cruzeiro do Sul, e tive a oportunidade de conhecer uma comunidade que fica 17 horas num barco para chegar até o Cruzeiro do Sul. Na realidade, não são 17 horas, são 8 horas de barco para chegar mantimento nessa região. Neste momento, por incrível que pareça, o meio da floresta Amazônica está em seca. Lá é 8 ou 80. Está em seca agora. Demora 17 horas para os mantimentos chegarem lá. Eles não têm acesso a nada *in natura*. Verduras, só se tiver horta e tudo. O gás é uma dificuldade. Quem embargou a obra do acesso via estrada foi a ministra Marina.

Então, é importante dizer que eu sou a favor da sustentabilidade, mas a minha posição é sempre de que a sustentabilidade não pode estar acima dos seres humanos. Essas senhoras e senhores que eu conheci lá são pessoas muito decentes, são ribeirinhos que estão passando necessidades devido a uma política ambiental radicalizada. Então, não podemos aceitar isso.

Hoje, infelizmente, acontece isso em diversos lugares do Brasil. A Marina Silva, como foi dito, é uma *expert*, tem conhecimento, mas estamos aí, num *ranking*, nesses 10 últimos anos... Isso são dados. Não estou colocando a minha posição, estou colocando dados que estão aqui registrados. Esses dados demonstram que nunca houve incêndios tão grandiosos como os que estão ocorrendo agora, na gestão da Marina Silva. Na realidade, eu não gosto nem acho correto eu, na presidência, emitir opinião, mas eu só estou falando de dados.

Outra coisa também é o seguinte: saiu um comunicado de que Boulos só não foi condenado porque não foi encontrado durante 6 anos. E temos na Presidência da República um ex-condenado nas 3 instâncias. Isso é um dado também. Não estou colocando opinião, eu estou falando de dados. Nós temos na Presidência da República um condenado nas 3 instâncias. Isso é dado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, se for para ter bandido queridinho, patriota, o papaizinho aqui tem. O deputado pastor Daniel de Castro, deputado distrital em Brasília, tem queridinho bandido. Os patriotas que estão presos são meus queridinhos mesmo, porque não são bandidos.

Bandido é o que está sentado na presidência da República. Ele teve 9 condenações em 3 instâncias por unanimidade. Foram 510 dias de cadeia. Preso. Ele é um descondenado, mas ninguém tira dele que ele foi um bandido.

Se é para falar de bandido – e eu não assino nada embaixo por bandido, porque eu respondo pelo meu CPF e não respondo a processos, graças ao meu bom Deus –, o que eu estou falando é que quem responde a processos, principalmente por improbidade, não tem direito de assumir cargo público. Vá lá, resolva a sua questão com a justiça. Se a justiça definiu que é inocente, volte. É de praxe, é o normal. Agora, o problema é taxar quem é de direita, quem é a favor do Bolsonaro.

Olha a fala: "Queridinho Marçal". Mais um *m. Marçal* está em primeiro lugar. Estão falando em 20%. Estão escondendo as pesquisas. Nós temos pesquisa de base em que ele tem 34%. Aliás, diga-se de passagem, há uma pesquisa em que ele está com 23%, empatado com o Nunes. O Boulos já caiu. Há outra, de hoje, em que ele está com 24,4%. Mas Deus sabe, as pessoas vão saber nessas pesquisas, quem é Pablo Marçal.

Falar que ele é do PCC, que está ligado ao PCC... Pelo amor de Deus, ele é um advogado, tal como eu. Ele passou a procuração porque estava comprando a aeronave. Ele já falou isso aqui. É normal você contratar alguém. Você sabe lá quem você está contratando. Você está contratando um despachante. Não é servidor dele. Isso já foi falado. E outra coisa: ele não foi condenado, prescreveu o crime dele. O crime foi prescrito. É uma questão da lei.

Contudo, não dá para falarmos de crime entre direita e esquerda nesta nação. Com todo respeito, não dá. Aí eu vou até minimizar, para não ficarmos nesse bate e volta aqui, mas, se você fizer uma avaliação do crime que a esquerda fez nessa nação, verá que nós enfrentamos a maior onda de crime da história do Brasil durante a gestão do PT na Presidência da República. Havia crime em tudo quanto é lado. Não dá para esquecer o Mensalão, o Petrolão, o que fizeram nos Correios. Não dá para esquecer o que esse povo fez. E mais: não dá para esquecer o que a esquerda fez na Esplanada dos Ministérios.

O que eu estou falando, presidente, é que nós temos neste país um tempo de 2 pesos e 2 medidas. Esse povo invadiu o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura. Tocaram fogo, tocaram terror na Esplanada dos Ministérios. Nenhum deles foi preso, nenhum deles respondeu por abolição do Estado democrático de direito nem por terrorismo – nenhum deles! Era tudo gente mais nova, os *black blocs*. Quem aqui não se lembra disso?

O que eu estou falando é que pegaram mães e pais de família e os picharam como terroristas, como criminosos, coisa que eles não eram. Clezão não era criminoso, ele não tinha um processo. Ele morreu sob a custódia do Estado. Havia um parecer do Ministério Público Federal para soltá-lo. Não o soltaram, e ele morreu nas mãos do Estado. O Estado vai pagar essa conta. Há sangue na mão desse Estado, que matou um inocente. Perguntem a sua esposa, Jane, e às filhas dele – perguntem à Luíza – quem era ele. Era um exemplar pai de família!

É esse tipo de gente que é tachado como bandido, como criminoso, como terrorista. Aí vem a Deolane, aquela *influencer*, que tirou uma *selfie* com o Lula! "O papai está aqui." O que ela falou? "Eu amo." Ela falou que amava mesmo criminoso. Ela ama tanto que agora está morando com eles.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 32ª Sessão Ordinária (*sic*);
- Ata Sucinta da 73ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo quórum para deliberação, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h07min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
ACS – Agente Comunitário de Saúde
Adasa – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

